



Relatório de assegução razoável dos auditores independentes sobre a validação do resultado do processo de liquidação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) na modalidade Energia Nova (EN) de setembro de 2024

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

31 de outubro de 2024

Relatório de asseguarção razoável dos auditores independentes

Aos

Srs. administradores da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**
São Paulo – SP

Prezados Senhores,

Fomos contratados pela **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)** para realização de procedimentos de revisão visando a emissão de um relatório de asseguarção razoável sobre **a validação do resultado do processo de liquidação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCS D) na modalidade Energia Nova (EN)** referente ao mês de **setembro de 2024**, na data de **31 de outubro de 2024** e com base nos processos internos da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)** abaixo descritos:

- (a) **Processo de liquidação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS D na modalidade Energia Nova - EN;**
- (b) **Divulgação do relatório final com os dados da liquidação do MCS D EN, com base nos dados de movimentações contábeis executadas a partir da etapa de apuração.**

Exceto pelo descrito no parágrafo anterior, que define o escopo do nosso trabalho, não efetuamos procedimentos de asseguarção sobre outros temas, para os quais não expressamos opinião.

Crítérios aplicados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

O objeto de asseguarção foi elaborado de acordo com critérios definidos nas disposições legais, regulamentares e determinações judiciais aplicáveis à **liquidação do MCS D EN, incluindo a Lei nº 9.427/1996, que estabelece a ANEEL e suas atribuições, a Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, que regulamenta a comercialização de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).** Além disso, foram considerados procedimentos que detalham os processos liquidação e medição, bem como notas técnicas e comunicados específicos. Tais critérios foram concebidos especificamente para atendimento à exigência regulatória e, portanto, as informações relacionadas ao trabalho de asseguarção razoável podem não ser adequadas para outra finalidade.

Responsabilidade da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A Administração da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)** é responsável pela aplicação dos critérios considerando todos os aspectos materialmente relevantes ao objeto de asseguarção. Essa responsabilidade inclui o estabelecimento e manutenção dos controles internos que propiciem uma adequada segurança do ambiente de operação das atividades para o **processo liquidação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits na modalidade Energia Nova – MCS D EN** e a qualidade dos seus respectivos procedimentos operacionais, incluindo medidas para situações de ruptura, contingência ou emergência, evidências e estimativas relevantes para a preparação do objeto de asseguarção, isento de distorções materiais decorrentes de fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre o objeto de asseguarção, baseada nas evidências obtidas, seguindo os requerimentos da NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma *International Standard for Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information* ('ISAE 3000'), e outros documentos de referência, conforme acordado junto à **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 12 de setembro de 2023**. Essas normas exigem que planejem e realizemos nosso trabalho para obter uma segurança razoável de que, em todos os aspectos relevantes, **os resultados do processo de liquidação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit – MSCD na modalidade Energia Nova - EN** estão apresentados de acordo com os Critérios, e para emitirmos um relatório

Acreditamos que as evidências que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base razoável para nossa opinião

Nossa independência e gerenciamento da Qualidade

Mantivemos nossa independência e confirmamos que cumprimos os requerimentos do Código de Ética dos Contadores Profissionais, emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants*, bem como afirmamos termos as competências e experiências requeridas para conduzir esse trabalho de asseguarção.

À EY também se aplica as normas *International Standard on Quality Management, Quality Management for Firms that Perform Audits or Reviews of Financial Statements, or Other Assurance or Related Services Engagements*, o que requer que desenhemos, implementemos e operemos um sistema de gestão da qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relacionados à conformidade com requerimentos éticos, profissionais, legais e regulatórios aplicáveis.

Descrição dos Procedimentos Realizados

O serviço de asseguarção razoável envolve a execução de procedimentos para obter evidências adequadas e suficientes de que o **processo liquidação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit na modalidade Energia Nova – MSCD EN** possui uso efetivo das informações contábeis, que indicam agentes e montantes a serem movimentados, assim como a aplicação de procedimentos analíticos que nos possibilitem concluir na forma de asseguarção razoável sobre o resultado da **liquidação**.

Os procedimentos utilizados em nossa asseguarção foram os seguintes:

- (a) Planejar os trabalhos, seguindo o cronograma sugerido;
- (b) Indagar e observar junto aos profissionais para entendimento acerca das etapas necessárias para o processo de liquidação;
- (c) Reperformar a inspeção do conjunto completo de dados de entrada utilizados para liquidação do MSCD EN, sendo possível obter por meio dos lançamentos de cessões que geram montante no mês de referência;
- (d) Analisar os arquivos de remessa e retorno do banco, confrontando com os dados de entrada;
- (e) Observar que os movimentos contábeis estão coerentes, de acordo com as disposições contábeis regulamentares; e
- (f) Avaliar a execução do rateio de inadimplência, conforme Procedimento de Comercialização e demais instrumentos regulamentares.

Também realizamos outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Opinião

Em nossa opinião, o **processo de liquidação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits na modalidade Energia Nova – MCSD EN** referente a **setembro de 2024** estão apresentados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios definidos na seção “Critérios aplicados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)” deste relatório.

Restrições de uso e distribuição

Este relatório, de acordo com o propósito descrito no primeiro parágrafo, destina-se exclusivamente ao uso da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica**, e não deve ser apresentado nem distribuído a terceiros para qualquer utilização sem a prévia autorização da Ernst & Young.

São Paulo, 31 de outubro 2024.

Ernst & Young

Auditores Independentes S.S.

CNPJ 61.366.936/0001-25

CRC-SP-034519/O

Hanalu Rodrigues Mariano

CRC-SP-350883/O

Diretora Executiva